

Keynes, Hayek e Friedman: Pensamento Econômico como Ideologia na Combinação Histórica dos Métodos de Administração Política do Capital a partir da Renovação do (Neo)Liberalismo

Autoria

Elcemir Paço Cunha - paco.cunha@facc.ufjf.br

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/FACC/CMAA / UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O objetivo do presente ensaio é propor o keynesianismo e a escola austríaca (Hayek e Friedman) na qualidade de variantes de neoliberalismo como ideologia, as quais apresentam proposituras de métodos combinados de administração política do capital no desdobramento do século XX. Procura-se estabelecer que as diferenças sobre os métodos não implicaram divergência de princípios. Segundo o argumento desenvolvido, houve uma combinação histórica de métodos de administração política em termos ideo-práticos, sobretudo a partir dos anos de 1970, contrariando as tendências da análise crítica que pressupõem a oposição entre keynesianismo e as chamadas medidas “neoliberais”.

Keynes, Hayek e Friedman: Pensamento Econômico como Ideologia na Combinação Histórica dos Métodos de Administração Política do Capital a partir da Renovação do (Neo)Liberalismo

Resumo

O objetivo do presente ensaio é propor o keynesianismo e a escola austríaca (Hayek e Friedman) na qualidade de variantes de neoliberalismo como ideologia, as quais apresentam proposituras de métodos combinados de administração política do capital no desdobramento do século XX. Procura-se estabelecer que as diferenças sobre os métodos não implicaram divergência de princípios. Segundo o argumento desenvolvido, houve uma combinação histórica de métodos de administração política em termos ideo-práticos, sobretudo a partir dos anos de 1970, contrariando as tendências da análise crítica que pressupõem a oposição entre keynesianismo e as chamadas medidas “neoliberais”.

O “neoliberalismo” nos estudos em administração política

As análises críticas a respeito do desenvolvimento do modo de produção capitalista têm enfatizado a inflexão ocorrida a partir dos anos de 1970. Antes dessa década, teria vigorado o chamado Estado de bem-estar social, de orientação keynesiana. A modificação teria inaugurado um período “neoliberal” de resgate das aspirações e práticas do século XIX, promovendo uma reestruturação de vários aspectos sob orientação pró-mercado no conjunto de uma agenda de redução da atuação do Estado.

Esse modo de colocar historicamente o desenvolvimento mais recente pode ser também identificado nos estudos realizados em administração política. Particularmente nesse contexto, há a tendência de reprodução do pressuposto das análises críticas sobre o desenvolvimento do capitalismo (Ribeiro, Santos & Ribeiro, 2021, Justen & Gurgel, 2021). Esse pressuposto é o da oposição entre o keynesianismo e a escola austríaca (nas figuras de Hayek e Friedman), sendo a última uma espécie de orientadora geral do “neoliberalismo” dos anos de 1970 em diante. A ênfase, portanto, recai sobre diferenças definidoras. Tais diferenças sugerem ter havido um ímpeto de administração política do capitalismo antes daquela década e um recuo desse ímpeto nos anos subsequentes. Sublinham igualmente ter havido uma atuação estatal seguida de um abrandamento dessa atuação ainda que pró-mercado. Em suma, keynesianismo antes, domínio “neoliberal” depois.

A observação do desdobramento histórico, entretanto, sugere haver vários elementos em comum ao lado das diferenças e que o diagnóstico a respeito da redução do ímpeto de administração política da economia pode ser exagerado. A relação, entre tais alegados opostos, poderia ser problematizada então nesses termos: Qual foi a relação histórica entre keynesianismo e escola austríaca considerando também os elementos decisivos de igualdade entre eles?

Com efeito, o objetivo do presente ensaio é propor o keynesianismo e a escola austríaca como variantes históricas de neoliberalismo no quadro da terceira via, resultando na combinação histórica de métodos de administração política do capital em termos ideológicos e práticos ao longo do século XX. Vejamos os termos essenciais.

Administração política do capital

Em termos sumários, administração política é, antes de tudo, a transformação dos problemas sociais em objeto de gestão por parte de uma forma de poder político em sociedades classistas. Em todas as formas sociais desse tipo, a administração política se realiza como um conjunto de respostas de eficácia variada ao problema central de como organizar a produção (relações sociais de produção e forças produtivas, envolvendo a

distribuição dos meios de produção, divisão do trabalho social etc.) e como realizar a apropriação da riqueza (distribuição da riqueza socialmente gerada).

Na forma particular do modo de produção capitalista em que esse problema central é persistente, a administração política se desenvolveu envolvendo as contradições que brotavam de seu próprio processo. E isso particularmente na figura do pauperismo resultante de um modo peculiar de distribuição dos meios de produção e da riqueza constituída, sobretudo a partir da via inglesa de objetivação do capitalismo. Dessa via se extraiu um sentido geral para a questão: o pauperismo constituiu-se “em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla” (Marx, 2010, p. 35), exercitada “por meio da beneficência e de medidas administrativas” (p. 34) e por meio policial (p. 35). Um traço geral dessa administração não é a atividade resolutiva do pauperismo, mas o exercício de seu disciplinamento e perpetuação, em suma, de sua administração (p. 35).

Ao fundo do desenvolvimento do pauperismo estava o avanço da “indústria moderna” (p. 35). Em geral, todas as medidas, como variadas respostas administrativas, legais, fiscais, monetárias, políticas, policiais, militares etc., mais ou menos desenvolvidas, sempre estiveram envolvidas como respostas ao desenvolvimento dessa indústria desde o século XVI, isto é, com o desdobramento do modo de produção capitalista. Do século XIX ao século XX, tal desdobramento, suas contradições e crises cobraram respostas diversificadas, tanto colaborativas e quanto competitivas, por parte das formações estatais dos países cada vez mais articulados no mercado mundial.

Desse desdobramento histórico são trazidas à luz do dia diferentes funções (Paço Cunha, 2021): as derivadas das necessidades comunitárias, as derivadas do conflito social inter e intraclasses nacional e internacionalmente, as derivadas do conflito interestatal no plano internacional e as derivadas do processo de acumulação do capital. Nessa linha, diante dessas funções incidem modalidades de administração política por meio de diferentes medidas gerais tais como administrativas, jurídicas, políticas e policial-militar.

Na mesma direção, no modo de produção capitalista as funções derivadas da acumulação de capital ocupam peso relativo distintivo, inclusive como acionador de outras funções entre aquelas listadas. Desse fato decorre que a administração política se ocupa centralmente com a espiral expansiva da acumulação de capital e com as consequências daí derivadas, como as crises. Assim, a administração política se desenvolveu continuamente em linha tendencial como promoção do processo de produção de mercadorias e do processo de reprodução de suas condições objetivas e subjetivas. Obteve seus contornos mais acabados enquanto administração política do capital nas condições da formalização da macroeconomia na primeira quadra do século XX.

A continuidade da espiral expansiva da acumulação sempre encontra obstáculos, no entanto. A superprodução e interrupções na circulação de mercadorias expressam-se como crises que se desenham como espiral decrescente no processo de acumulação (Roberts, 2016). De tal maneira, os Estados exercitam a administração política por intermédio de variado repertório de expedientes que variam entre si enquanto métodos de conteúdos particulares, procurando antecipar a tais eventos ou contornar corretivamente os solavancos da dinâmica econômica da qual o próprio Estado é dependente em termos fiscais e de legitimidade política (Panitch & Gindin, 2013). Esse repertório possui, entretanto, eficácia variada e historicamente contingente (Mészáros, 2002), quando não introduz consequências contrárias às próprias pretensões de reversão da espiral decrescente (Kliman, 2011).

Considerada nos marcos mais acabados da macroeconomia e do repertório acumulado de expedientes, a administração política – nem sempre bem-sucedida – revela-se essencialmente no ajustamento permanente de medidas de eficácia variada às

circunstâncias históricas tendo em vista a função precípua de gerenciar o processo de acumulação em sentido expansivo. Seu ímpeto fundamental é, portanto, manipulativo dos mecanismos identificados e das relações de causalidades presumidas. A manipulação desses mecanismos e causalidades opera em tal nível da realidade objetiva sem que, ao menos deliberadamente, provoque transformação essencial das relações sociais de produção que asseguram o modo historicamente particular de distribuição dos meios de produção. Administrar tem por função, quando bem-sucedida, a reprodução positiva desse modo particular de produção por médio da manipulação daqueles mecanismos e causalidades.

O proposto e exercitado conjunto de respostas acumuladas constituem uma forma de consciência avessa ao reconhecimento de que os problemas identificados decorrem da forma histórico-particular das relações sociais de produção. Marx (2010) denominou de “entendimento político” uma forma de consciência que opera “*dentro* dos limites da política” (p. 40) e não alcança a causalidade fundamental das mazelas sociais. Uma razão de administração política, digamos assim, é, girando em sua própria órbita, incapaz de capturar as determinações essenciais. Da forma como colocou Lukács (2013, p. 397-8), “as atividades não econômicas, mas organizadoras da sociedade, cuja soma e sistema compõe a superestrutura (...), devem se ligar diretamente ao mundo fenomênico da esfera econômica”, ao modo de manifestação mais superficial.

Disso resulta que aquela forma de consciência tendencialmente atribui os problemas identificados a “falhas administrativas”, isto é, a métodos inadequados àquela função precípua de expansão continuada do capital. E por autorizar diferentes diagnósticos dentro dos mesmos parâmetros delimitados de partida, constituem-se divergências relativas quanto a tais métodos de administração política do capital, formando escolas e tendências intelectuais nos diferentes campos do conhecimento, com especial consequência para o pensamento econômico tratado a seguir.

Pensamento econômico: de forma de consciência à ideologia

Nosso interesse nesse aspecto recai sobre o pensamento econômico nas figuras de Keynes, Hayek e Friedman. Para tanto, devemos retomar elementos balizadores importantes da fundamentação analítica que pretendemos desenvolver.

O primeiro aspecto diz respeito aos estudos de Marx a respeito do pensamento econômico. Podemos admitir, sem prejuízo, que o pensamento econômico assume a modalidade de uma forma de consciência científica que possui especificidades. Constituída de modo sistemático a partir do período manufatureiro (Marx, 2013), a “economia política, na forma como entrou para a história, de fato nada mais é que a noção científica da economia no período da produção capitalista, enunciados e teoremas referentes a ela” (Engels, 2015, p. 253). Tratou-se, como tal, de uma ciência histórica.

A potência científica da economia política variou no tempo e no espaço na exata medida em que as formas de consciência estão enraizadas nas condições histórico-concretas particulares. Um primeiro destaque desse enraizamento se vê nas consequentes alterações naquela potência científica em razão da explicitação do antagonismo social. Marx insistiu nesse ponto em diferentes momentos de seus estudos. Por volta de 1847, ele escreveu que “quanto mais se evidencia esse caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, embaralham -se em sua própria teoria e formam diferentes escolas” (Marx, 1985, p. 117). Aproximadamente vinte anos depois, ele retomou o ângulo para sugerir que, com a acentuação da luta de classes na Europa a partir de 1825, a economia política perdeu seu impulso de verdade que tinha obtido até então expressão em Smith e Ricardo, passando a uma configuração vulgar e apologética do capitalismo, principalmente após 1848. “Não se tratava mais”, escreveu, “de saber se

este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial” (Marx, 2013, p. 86).

Marx distinguiu mais longamente essa tendência vulgar no tratamento histórico do pensamento econômico em *Teorias da mais-valia*, guardando sala, obviamente, às deficiências da própria economia política clássica. Se esta esteve em condições históricas de colocar questões de natureza científica, tal decorria da necessidade de verdade para combater os resquícios e entraves da feudalidade, procurando demonstrar a superioridade do modo de produção capitalista. Essa era sua missão histórica. A economia vulgar desenvolveu-se em contexto já adulterado. O processo de aprofundamento do pensamento econômico o leva a ter que lidar e descrever contradições. Ele mesmo é confrontado, escreveu Marx, “por sua própria contradição simultaneamente com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade”. De tal sorte, a “economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980, p. 1539). Lukács sintetizou consideráveis aspectos desse tratamento histórico no resultado, em referência ao período subsequente a 1874, segundo o qual:

consumou-se a fuga da economia diante da análise do processo global da produção e reprodução em direção à análise dos fenômenos superficiais isolados da circulação. A “teoria da utilidade marginal” do período imperialista é o ponto culminante desse esvaziamento da economia na abstração e no formalismo. Enquanto no período clássico predominava a busca por compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, o período da decadência interpõe uma barreira artificial, pseudocientífica, pseudometodológica entre eles, criando uma separação que só existe na imaginação. (Lukács, 2016, p. 113-14)

A questão chave dessas considerações está na capacidade explicativa do processo de constituição da economia política (gênese), envolvendo os problemas diante dos quais ela se colocou como resposta na qualidade de forma de consciência científica e a variação de sua potência de objetividade científica mediante circunstâncias histórico-concretas alteradas. Mas é necessário adicionar aspecto complementar e decisivo que alude à possibilidade de eficácia dessa forma de consciência em seu deságue na “vida econômica da sociedade”.

Nesse sentido, Lukács (2020) sugeriu que a análise das formas de consciência envolve tanto os aspectos genéticos já aludidos quanto a finalidade/função dessas formas. Enquanto a finalidade sugere as pretensões embutidas nas formas de consciência, a função sublinha o grau de eficácia dessas formas de consciência sobre a realidade. Nesses termos, uma forma de consciência eivada de finalidade tem a possibilidade de se tornar ideologia não por suas qualidades, não devido à sua correção (se verdadeira ou falsa). Uma ideia transforma-se em ideologia na medida em que exerce uma função por meio de grupos sociais que dela se assenhoram para dar respostas às contradições postas, procurando exercer direção aos conflitos e às inflexões em desdobramento, às crises e suas consequências. Na síntese de Marx, certamente que a “arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx, 2005, p. 151). As formas de consciência, assim, têm genética histórico-concreta e retornam ao seu território de partida, desaguando no cotidiano e, eventualmente, operando como ideologias.

Esse aspecto foi pouco notado nas pesquisas de Marx por parte de muitos dos seus estudiosos. De fato, é mais frequente a linha explicativa de constituição das formas de

consciência a partir das condições sócio-históricas. Porém, Marx não deixou de notar a possibilidade de o pensamento econômico promover direcionamentos sobre a vida econômica da sociedade. Ao comentar, por exemplo, sobre a economia política na figura de Smith como aquela que reconheceu o trabalho como princípio da propriedade privada, Marx sugeriu que essa economia política é, ao mesmo tempo, “um produto da *energia* real e do *movimento* da propriedade privada (...), como produto da *indústria* moderna”, e um fator que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência” (Marx, 1974, p. 9). Fica indicado o lado ativo da economia política, não apenas como produto, mas igualmente como força atuante em sua expansão.

Esse lado ativo do pensamento econômico, procurando influir nas condições histórico-objetivas nas quais tem gênese, foi registrado por Marx em outros contextos. No debate político, por exemplo, a respeito de como deveriam reagir os trabalhadores diante das circunstâncias econômicas desfavoráveis, muitos porta-vozes das classes econômicas dominantes vinham a público sugerir consequências problemáticas do processo de sindicalização. Nesse contexto, Marx registrou a notação de que certos economistas insinuavam aos operários que, ao coligarem-se, impediriam a marcha natural da indústria levando-os a ter que aceitar salários ainda mais baixos os quais, de toda maneira, resultavam da oferta e procura por mão de obra, configurando-se num “esforço tão ridículo quanto perigoso a revolta contra as leis eternas da economia política” (Marx, 1985, p. 157).

É certo que as finalidades e funções precisam ser avaliadas a partir dos casos histórico-concretos, mas esses apontamentos gerais são úteis para sugerir o lado ativo do pensamento econômico ao ser convertido em ideologia. São úteis igualmente para a captura de uma linha de tendência geral do pensamento econômico ainda que envolva fissuras. Como sugeriu Dobb (1932, p. 138), “a economia política surgiu como uma apologética de uma certa ordem social e continua sendo uma apologética hoje”. Isso é provocado, como vimos, pelas próprias contradições, inflexões e posições dos ideólogos. Marx sugeriu, por exemplo, que o “conteúdo econômico”, isto é, as modificações objetivas e os conflitos decorrentes, “transformou o utilitarismo, pouco a pouco, numa mera apologia do existente, na prova de que, sob as condições existentes, as atuais relações entre os homens são as mais vantajosas e de maior utilidade geral”. E o arremate, decisivo: “Tal caráter ele conserva em todos os economistas modernos” (Marx, 2007, p. 399). Prova-o, o último século.

Entretanto, não basta essa designação da apologia em geral, por mais importante que seja, cabendo analisar mais detalhadamente como essa linha tendencial e geral se desdobrou nas condições histórico-objetivas.

Três camadas históricas do pensamento econômico como ideologia

Com vistas a essa análise, cabe a distinção de três camadas dessa linha tendencial do pensamento econômico. E isso é caracterizado e explicado pelo movimento objetivo das contradições, conflitos, inflexões e crises às quais o pensamento econômico aparece como resposta e com potencial de sua conversão em ideologia.

A primeira camada decorreu do movimento já aludido em referência ao século XIX e que prejudicou a potência científica da economia política de então. O acento, entretanto, deve ser dado agora sobre a finalidade propriamente do pensamento econômico e com qualidades tais para sua conversão em ideologia. Nesse sentido, Marx registrou que, em geral, a economia política entendia a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento” (2013, p. 85). Essa é uma linha da tendência geral marcada, porém, nas condições histórico-concretas do século XIX, em que o pensamento econômico

correspondeu à transição e consolidação do modo de produção capitalista. A missão histórica e revolucionária desse pensamento em enfrentar os resquícios feudais e provar a superioridade do capitalismo nascente converteu-se em argumentos de pura defesa e conservação do capitalismo diante das críticas intelectuais e práticas após 1848.

A crise econômica do final do século XIX e as lutas sociais de então, acrescida da eclosão da primeira guerra mundial e da revolução russa de 1917 no século seguinte, ajudam a caracterizar a segunda camada importante. Lukács capturou certos aspectos centrais por meio da ideologia da terceira via decorrente dos problemas colocados pelo desenvolvimento social nas condições das economias do imperialismo. O autor magiar identificou essa questão primeiramente na filosofia alemã, estendendo-se depois ao pensamento econômico transatlântico, como indicado adiante.

Cabe, primeiramente, considerar o traço geral. Em termos sintéticos, o autor sugeriu que a finalidade da forma de consciência científica desenvolvida naquelas condições histórico-concretas alterou sutilmente aquela postura anterior de defesa aberta e empedernida do capitalismo. Lukács escreveu que “no lugar de uma apologia direta do sistema, surge uma apologia indireta e complexa” (2020, p. 396). Tratou-se de “evitar que as tensões e explosões decorrentes disso [das crises e inflexões de então] se voltem contra o capitalismo” (p. 562). Após a primeira guerra mundial e a revolução russa, formou-se condições para formulações das mais variadas, procurando dar respostas aos problemas postos. Já na década de 1920, constituiu-se condições para, diante da alternativa revolucionária e de suas consequências, certo criticismo à uma evocada “ortodoxia liberal” do século XIX. A crise de 1929 aprofundou tais condições.

São emblemáticos, desse período, materiais de grande difusão e penetração tais como *O fim do laissez-faire* (Keynes, 1926/2013a), *Ideologia e utopia* (Mannheim, 1929/1950), *O homem e a sociedade na era da reconstrução* (Mannheim, 1935/1960). Tais materiais são emblemáticos para caracterizar o quadro da terceira via. Assim, escreveu Lukács que:

À medida que a crise se prolonga, a concepção de um “terceiro caminho” progride cada vez mais no plano social: é uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade. Essa concepção parece aceitar tacitamente o fato de que o sistema capitalista é teoricamente indefensável tal como existe, [mas indiretamente] não deixa de ser uma apologia do capitalismo. (Lukács, 1979, p. 44-45)

A crise econômica e as conturbações exigiram respostas teórico-práticas aos problemas postos. Diversas colorações manifestaram-se à luz do dia, inclusive experimentos bárbaros registrados pela história, sobretudo no palco europeu. Diante das circunstâncias de então, ativaram-se diferentes tentativas de localizar uma terceira via entre capitalismo supostamente regido até então por uma ortodoxia liberal e o caminho revolucionário dirigido pelos trabalhadores (que teve autenticamente curta duração).

A correção dos diagnósticos realizados é, no momento, menos importante. Importa salientar, como sugeriu Lukács, a finalidade embutida no quadro geral da terceira via. Diante dos problemas econômicos e sociais associados em grande medida à expansão do próprio capitalismo entre os séculos XIX e XX e suas consequências problemáticas, a ideologia da terceira via atuou na direção de promover alternativas à ortodoxia liberal e ao socialismo, evitando a crítica aguda aos fundamentos do capitalismo. Por isso é possível caracterizar a terceira via como uma espécie de resposta, de tonalidade variada entre diferentes ideólogos e em termos práticos, fundamentalmente aos problemas de acumulação capitalista e ao temor do comunismo tomado como consequência entrevista

da realidade. A característica central em destaque dessa ideologia é sua obstrução à possibilidade de extração da causalidade fundamental entre a forma histórica das relações sociais de produção capitalista e os problemas identificados, como a concentração do capital na forma dos monopólios, a desigualdade econômica, conflitos classistas e bélicos entre as nações.

A concentração do capital nos monopólios serve de exemplificação para certa postura assumida pelo pensamento econômico propriamente dito. Diante do fato dessa concentração, as reações estiveram muito ligadas à renovação do liberalismo a partir da década de 1930. Aqui vale o exemplo emblemático de Lippmann e Röpke, autores envolvidos com essa renovação (ou melhor, gênese do neoliberalismo) e em articulação com a escola austríaca, conforme será discutido adiante.

Nessa direção, Lukács ensinou que uma marca comum é a consideração de ser o “capitalismo monopolista algo fortuito e contingente, passível de ser eliminado” (Lukács, 2020, p. 669). Nutriam também em comum uma “concepção do capitalismo (a chamada “economia de livre-mercado”) como ordem social ideal” (p. 672) que, não obstante, era afetada por eventuais perturbações passíveis de serem resolvidas por diferentes expedientes. Assim, nos exemplos de Lippmann e Röpke, a grande concentração do capital teria sido cultivada, não sendo, pois, uma necessidade econômica por resultado da lógica interna do próprio modo de produção. O erro caberia aos “liberais”, por “consequência de sua míope e equivocada aplicação do princípio do *laissez-faire*” (p. 669). Diante disso, teriam lugar alterações legais reguladoras, a exemplo das leis antitrustes estadunidenses, ainda que sua capacidade tenha sido muito discutível, como Röpke mesmo reconheceu.

A linha de destaque do conjunto dos argumentos apresentados é sinalizar o “caminho neoliberal de abolição legal dos monopólios” (Lukács, 2020, p. 671). Devemos sublinhar o “caminho neoliberal” proposto pelo pensamento econômico de então como variante no conjunto das posições da ideologia da terceira via. No caso específico do pensamento econômico em tela, Lukács identifica uma linha de continuidade do método da economia vulgar do século XIX, comentada antes. Em seus próprios termos:

segundo a forma, o modo de exposição, o estilo, trata-se aqui de uma cadeia argumentativa puramente conceitual e científica. Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediatez da superfície da realidade econômica. (Lukács, 2020, p. 673)

A renovação do liberalismo ou neoliberalismo no quadro da terceira via envolveria, portanto, simultaneamente o tatear de posições entre a “ortodoxia liberal” e a alternativa revolucionária e uma linha de continuidade quanto ao método da economia vulgar, por mais que houvesse reivindicações de ascendência aos “clássicos” do pensamento econômico por parte de Lippmann e Röpke. Acrescentamos Keynes (1936/2013c) e Hayek (Caldwell, 2004) a essa lista por alegarem ascendências semelhantes. Entretanto, como sugeriu Lukács, uma análise mais cuidadosa revela que a linha de continuidade quanto ao método não leva a Smith e Ricardo, como os clássicos do pensamento econômico interessados na verdade dos teoremas, no trabalho como princípio da propriedade etc. Ao contrário, do ponto de vista do método a linha de continuidade remete aos economistas vulgares e à eliminação “da teoria do capitalismo toda contradição e que interpretam os clássicos como se a sua própria superficialidade, que busca a todo custo a harmonia, constituísse realmente a essência da doutrina clássica”

(Lukács, 2020, p. 672). Isso pode ser mesmo confirmado para o caso de Keynes (Kates, 2008) e Hayek (1941/2007a). Já tratamos antes rapidamente de certos caracteres essenciais dessa tendência vulgar à luz das alterações das condições histórico-concretas. Importa agora, pois, o reforço dessa linha de continuidade, como sublinhou Lukács, a partir da “inflexão teórica que ocorre no período pré-imperialista e imperialista”, qual seja, a “total subjetivação da economia, desde a teoria da utilidade marginal até Keynes e os economistas norte-americanos” das décadas seguintes (Lukács, 2020, p. 672-3).

Até aqui consideradas, as duas camadas da ideologia segundo o movimento objetivo se sobrepuseram, adensando-se reciprocamente. À finalidade de apresentar o capitalismo como a última e melhor maneira de organização da vida econômica da sociedade, e não como um modo histórico e transitório, acresceu-se o quadro da terceira via como obstáculo à extração de conclusões críticas aos fundamentos próprios do desse modo de produção. A apologética clara e direta torna-se mais oblíqua. Porém, a posição geral de recusa da “ortodoxia liberal” e da via revolucionária é pouco propositiva por si mesma, demandando complemento.

Uma terceira camada da ideologia deve ser considerada mesmo porque já podia ser entrevista a partir de algumas posições do pensamento econômico no quadro da terceira via. Röpke, por exemplo, via como alternativa os meios legais para regulação dos monopólios, como dito. O que isso sugere? Que é necessário desenvolver métodos capazes de responder aos imperativos postos, ainda que os diagnósticos, como vimos na linha de continuidade quanto ao método, paguem tributos à superfície e jamais alcancem a forma histórica das relações sociais de produção ao fundo. A finalidade progressivamente colocada na ordem do dia é, diante dos problemas decorrentes do capitalismo e no evitamento da transformação das relações sociais de produção, convencer amplas camadas sociais de que as perturbações que abalavam a vida econômica da sociedade podem ser administradas ao infinito, cabendo encontrar ou desenvolver os métodos mais adequados para isso e que não firam, de modo algum, os princípios fundamentais. Há sala para o debate quanto aos meios, mas não sobre a essência última do modo de produção capitalista. Em outros termos, trata-se de encontrar ou desenvolver métodos de administração do capital que respeitem os parâmetros reprodutivos da forma histórica, postergando sua transição para sempre.

Nesse contexto, consolida-se uma administração política do capital de talhe sistemático a partir do desenvolvimento das medidas no conjunto da nova disciplina da macroeconomia. Partindo dos parâmetros fornecidos às posições variantes no quadro da terceira via, o imperativo passa a ser o de determinar métodos de administração do capital a despeito das afetações apresentadas por seus principais protagonistas no debate público, conforme veremos no tópico a seguir.

Variantes do neoliberalismo como ideologia: diferença de métodos, identidade dos princípios

Passa a ser importante a análise histórica das principais formas de consciência em certo litígio para estabelecer a conversão do pensamento econômico keynesiano e austríaco em ideologia, isto é, o deságue e influência nos direcionamentos da vida econômica da sociedade quando de sua materialização não idêntica nos métodos efetivados de administração política do capital. Para essa análise devemos considerar os métodos então existentes, seus desenvolvimentos desiguais no tempo, suas diferenças, identidades e combinações no movimento histórico posterior.

Com efeito, a renovação do liberalismo nas primeiras décadas do século XX torna-se mais bem compreendida no quadro da terceira via discutida anteriormente. Essa renovação, apesar da linha de continuidade quanto ao método geral do pensamento

econômico em sua fase de “decadência ideológica” (Lukács, 2016), acomodou alguma diversidade de ideias desde que limitadas a certos parâmetros. Essas ideias, naquele quadro, Tateavam posição entre a crítica à ortodoxia liberal e a recusa da via revolucionária. É o caso de Keynes e Hayek (e depois Friedman), como representantes das importantes tendências neoliberais. Cada um, no seu devido tempo, contribuiu para a preparação do terreno aos modos da administração política do capital. E nesse aspecto refletiu-se a conversão do pensamento econômico em ideologia na medida que refluíram sobre a vida econômica da sociedade por mediação de tais expedientes.

O tratamento dessas complexas questões não poderia ser senão sumário.

A posição neoliberal de Keynes pareceu ser resoluto pelos menos desde meados da década de 1920. Escreveu que uma “transição da anarquia econômica para um regime que deliberadamente visa controlar e dirigir as forças econômicas no interesse da justiça social e da estabilidade social apresentará enormes dificuldades técnicas e políticas”. Ele mesmo sugeriu, na sequência, que o “verdadeiro destino do Novo Liberalismo é buscar sua solução” (2013b, p. 305). Em meio à crise de 1929, as crescentes turbulências que se seguiram e a crescente crítica pública à ortodoxia liberal, esse neoliberalismo Tateava formulação de uma resposta prática aos problemas então colocados, sobretudo com respeito ao desemprego em massa. Iniciativas foram tentadas, como o New Deal nos Estados Unidos a partir de 1933 – não sem interlocução entre Roosevelt e Keynes (Wapshott, 2011) – e os diferentes programas europeus, incluindo em solo alemão. Em 1936, ou seja, depois dessas experiências, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* delimitou uma posição relativamente abstrata, comportando variações. Mas os termos gerais eram bastante claros:

o resultado de preencher as lacunas da teoria clássica não é eliminar o “Sistema Manchester” [políticas econômicas liberais], mas indicar a natureza do ambiente que o livre jogo das forças econômicas requer para realizar as plenas potencialidades da produção. Os controles centrais necessários para garantir o pleno emprego envolverão, é claro, uma grande extensão das funções tradicionais do governo. Além disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção para várias condições nas quais o livre jogo das forças econômicas pode precisar ser restringido ou guiado. Mas ainda restará um amplo campo para o exercício da iniciativa privada e da responsabilidade. Dentro deste campo, as vantagens tradicionais do individualismo ainda serão válidas. (Keynes, 2013c, p. 379-80)

A posição é eivada com controles orientadores considerados virtuosos ao desenvolvimento das condições adequadas ao livre jogo das forças econômicas de modo a garantir sala ao aproveitamento das vantagens do individualismo. Essa posição foi levada adiante não apenas na forma acadêmica, mas também por decorrência da atuação de Keynes antes e depois de 1936, envolvendo profícua atividade de persuasão pública nos dois lados do Atlântico, incluindo o estabelecimento do acordo de Bretton Woods em 1944. As necessidades de reconstrução do pós-guerra e de pactuação entre longas cadeias de classes e camadas sociais após o estado direto de barbárie ajudaram a estabelecer aproximadamente um método de administração política do capital. Em termos sumários, a linha básica era evitar o desemprego em massa aumentando a demanda agregada, por meios monetários, baixando juros e direcionando dinheiro para a economia principalmente por intermédio de isenções e obras públicas.

Hayek alimentou desconfiança com respeito à posição de Keynes já anunciada desde a década de 1920. Isso se manifestou de modo peculiar já em *Reflections on the pure theory of money of J.M. Keynes* em que fez uma resenha crítica, publicada em duas partes

em 1931 e 1932, sobre o *Treatise on money*, publicado por Keynes em 1930. Hayek sugeriu que o livro de seu amigo inglês atendia a urgentes questões práticas e trazia muitas ideias nesta direção, donde resultava, porém, um “declaradamente estado inacabado” (2008, p. 426). Sugeriu que, não fossem as imprecisões e falta de clareza conceitual cuja lógica era “realmente difícil de ser seguida” (p. 456), potencialmente haveria “menores diferenças” para com o resenhista. As divergências não foram impeditivas, por exemplo, para concordâncias de ocasião e, precisamente, com respeito a questões de ordem prática (Wapshott, 2011).

Hayek participou do Colóquio Walter Lippmann, em Paris de 1938, destinado a encontrar caminhos de renovação do liberalismo (Reinhoudt & Audier, 2018). O colóquio repercutiu o livro *The good society*, de Lippmann, publicado um ano antes. O evento amalgamou as tendências contraditórias a respeito de como deveria o Estado atuar na vida econômica da sociedade no sentido de fortalecer o livre jogo das forças econômicas. Não era algo distante de Keynes. Nesse contexto forjou-se certa posição representada por Hayek que não é, como frequentemente se sustenta, uma aversão às funções estatais. Certamente é uma posição que acomoda alguma ambiguidade por decorrência de afetações libertárias e de sua cautela quanto aos expedientes a serem adotados.

Esse último aspecto fica à mostra no conteúdo dos materiais de Hayek, muito mais interessado em questões de teoria tal como fica sugerido na linha entre *Monetary theory and the trade cycle*, de 1929, e *The Pure theory of capital*, de 1941. Da década de 1940 em diante, Hayek parece aprofundar uma posição relativamente cética quanto ao estágio do conhecimento econômico que autorizaria a fazer proposições práticas de administração política do capital. Essa posição germinada em *Economic and knowledge*, de 1937, estendida em *The use of knowledge in society*, de 1945, ganhou contornos mais acabados sete anos depois, em *The counter-revolution of science: studies on the abuse of reason* (1952).

No pronunciamento na ocasião em que fora laureado com o prêmio Nobel, em 1974, Hayek sintetizou alguns aspectos dessa posição. Escreveu que havia uma “falsa crença de que o método científico consiste na aplicação de uma técnica pronta, ou em imitar a forma mais do que a substância do procedimento científico, como se bastasse apenas seguir algumas receitas culinárias para resolver todos os problemas sociais” (Hayek, 1978, p. 30). Para o autor austríaco, o problema central estava sobretudo na “apuração dos fatos particulares” (p. 32), isto é, em determinar quais fatos efetivamente devem ser considerados, sem mencionar aqueles sobre os quais nada se conhece.

A posição de Hayek é, assim, de cautela diante de fenômenos considerados complexos, posição que serviu de ângulo para certo ceticismo quanto às pretensões de vários espectros intelectuais e políticos em exercer direcionamento sobre o conjunto da vida econômica. Escreveu que “de forma alguma é tão somente no campo da economia que são postas reivindicações de longo alcance em nome de uma direção mais científica de todas as atividades humanas e da vontade de substituir processos espontâneos por ‘controle humano consciente’” (Hayek, 1978, p. 31). Obviamente esse ângulo mirava também a macroeconomia keynesiana, avaliada muito negativamente. A “teoria que tem orientado a política monetária e financeira durante os últimos trinta anos” fundava-se, escreveu ele, numa concepção equivocada da ciência que supõe “uma simples correlação positiva entre emprego total e o tamanho da demanda agregada”, levando à falsa “crença de que podemos assegurar permanentemente o pleno emprego mantendo o gasto total de dinheiro em um nível apropriado” (p. 23-24). Agindo de acordo, arrematou Hayek, produziu-se o cenário prejudicial daquela década.

Essa cautela extremada de Hayek refletiu sua baixa contribuição histórica para o estoque de medidas de administração política do capital se comparado ao seu amigo inglês

de Cambridge. Tanto que a linha monetarista se desenvolveu vagarosamente durante as décadas e apenas com Friedman, nos anos de 1960-1970, ganhou contorno geral – ainda assim Hayek (1982) demonstrou-se cauteloso sobre a possibilidade de exatidão da medida a ser empregada. Entretanto, não deixou de apontar uma linha geral: evitar a inflação ao máximo por meio de taxa de desemprego “natural” alcançada com a interrupção de fluxos de dinheiro, cabendo ainda reestruturação dos salários para nivelá-los mais abaixo, diminuindo a pressão inflacionária. Escreveu que, tomado o ponto de vista de longo prazo, “é óbvio que uma vez superadas as dificuldades imediatas [provocadas pelas medidas keynesianas, em sua avaliação], não devemos recorrer novamente ao método aparentemente barato e fácil de alcançar o pleno emprego, visando o máximo de emprego que pode, a curto prazo, ser alcançado por pressão monetária” (Hayek, 1979, p. 16). “O sonho keynesiano se foi, mesmo assim seu fantasma atormentará a política por décadas” (p. 16), completou.

Assim, a posição admitida não é de completa ausência estatal. Trata-se, ao contrário, de uma modalidade específica de administração política, muito mais presente por meios monetaristas, ainda que problematizados. Dadas as inclinações de seus fundamentos, tudo sugere que uma política econômica está orientada para o “incremento de um esquema de regras gerais que possam guiar o comportamento individual, ao invés de buscar certos resultados por intervenção direta” (Feld & Nientiedt, 2022, p. 14). De fato, as coisas parecem ser assim. Em seus próprios termos, escreveu que o “objetivo de qualquer política monetária bem-sucedida deve ser reduzir ao máximo esta folga nas forças autocorretivas do mecanismo de preços e tornar a adaptação mais rápida, de modo a reduzir a necessidade de uma reação posterior, mais violenta” (Hayek, 1941/2007a, p. 367), ainda que tais instrumentos monetários fossem dificultados pela ausência de exatidão de suas medidas à luz dos resultados pretendidos. A questão de fundo é uma administração política do capital por via do acionamento dos mecanismos do mercado competitivo, do desenvolvimento dessas forças de competição.

Com a vantagem histórica, a questão está em relacionar os problemas sociais à falha administrativa da propositura do adversário. Fica notório, pois, que a diferença central com Keynes diz respeito ao problema do método, de quais mecanismos acionar, o que, por sua vez, implica o modo de administração política.

O próprio Keynes expressou isso melhor do que Hayek. O britânico leu, enquanto viajava para a conferência de Bretton Woods de 1944, o livro *The road to serfdom*, publicado por Hayek (1944/2007b) naquele mesmo ano. Em muitos aspectos, o professor austríaco parecia reagir às posições aderentes à atuação direta do Estado na vida econômica da sociedade. Keynes enviou carta a Hayek tão logo aportou em Atlantic City. Escreveu nela que seu amigo austríaco não poderia esperar que ele aceitasse “todos os ditames econômicos” contidos no livro em questão. Emendou na sequência: “Entretanto, moral e filosoficamente, estou de acordo com praticamente todo o seu conjunto; e não apenas de acordo com ele, mas em um acordo profundamente comovido” (Keynes, 2013d, p. 385). As diferenças não pareciam tão grandes quanto as identidades dos princípios e parâmetros gerais, incluindo a comoção.

Em 1944, o método de administração política hayekiano não estava inteiramente à mostra, como se expressou também na excessiva cautela quanto às recomendações para os problemas práticos. Keynes delimitou essa ausência no livro de seu amigo austríaco, na falta de clareza quanto ao método de administração política e, nessa consideração, ficou evidenciado que as divergências estão colocadas nas posições no quadro da terceira via, nos limites dos parâmetros dados pela inquestionável preservação das relações sociais de produção capitalistas:

Você admite aqui e ali que é [sobre a atuação do Estado] uma questão de saber onde traçar a linha. Você concorda que a linha deve ser traçada em algum lugar e que o extremo lógico não é possível. Mas você não nos dá nenhuma orientação sobre onde desenhá-la. Em certo sentido, isso é esquivar-se da questão prática. É verdade que você e eu provavelmente traçaríamos em lugares diferentes. Suponho que, de acordo com minhas ideias, você subestime muito a praticabilidade do meio-termo. Mas na medida em que você admite que o extremo não é possível, e que uma linha tem que ser traçada, você está, em seu próprio argumento, liquidado, já que está tentando nos persuadir de que tão logo se mova uma polegada na direção do planejamento, estaríamos necessariamente lançados no caminho escorregadio que levará, no devido tempo, ao precipício. (Keynes, 2013d, p. 386-7)

As discordâncias quanto ao método não ferem, entretanto, os fundamentos – os quais expressam em grande medida aquela linha de continuidade da economia vulgar. Portanto, são divergências de superfície, tangentes aos meios de administração política do capital. Keynes tinha mais clareza sobre isso naquele tempo. Mas não deixamos de encontrar reforço dessa mesma constatação na própria letra do texto de Hayek criticado por seu amigo de Cambridge. Diante do “problema extremamente importante de combater as flutuações gerais da atividade econômica e as ondas recorrentes de desemprego em grande escala que as acompanham”, reconhecidamente como “um dos problemas mais graves e prementes do nosso tempo”, registrou Hayek que “embora sua solução exija muito planejamento no bom sentido, ela não requer aquele, ou pelo menos não precisa daquele tipo especial de planejamento que, segundo seus defensores, visa substituir o mercado” (Hayek, 1944/2007b, p. 125-6).

Logo, há, de fato, sala para o “planejamento no bom sentido” do termo, qual seja, no do fortalecimento dos mecanismos próprios do mercado competitivo. Numa síntese, a ordem liberal materializada por meio do mercado “não é necessariamente aquela em que a atividade governamental é mínima, mas em que a competição seja maximizada” (Ebenstein, 2001, p. 126). Nos termos do autor austríaco, isso não contradiz a certeza de que, por vias governamentais, “alguma alimentação básica, abrigo e vestuário, suficientes para preservar a saúde e a capacidade ao trabalho, possam ser assegurados a todos” (Hayek, 1944/2007b, p. 124-5).

Se Keynes pôde situar muito bem seu amigo austríaco e a si próprio como expressões diferentes no mesmo quadro da terceira via, tateando onde traçar a linha da administração política do capital, Hayek estabeleceu melhor do que seu amigo inglês, não sem recurso à metáfora, a diferença de postura quanto ao método. Esse ponto é igualmente decisivo. A sugestão de fundo é um contraste entre, de um lado, o ímpeto de atuação mais direta sobre a vida econômica, em um sentido “artificial”, e, de outro, de atuação mais indireta, nesse último caso criando as condições para que algo “natural” prosperasse:

Para que o homem não cause mais dano do que benefício em seus esforços para melhorar a ordem social, ele terá que aprender que neste, como em todos os outros campos onde prevalece a complexidade essencial de tipo organizado, não se pode adquirir o pleno conhecimento que tornaria possível o domínio dos eventos. Ele terá, portanto, que usar o conhecimento que pode alcançar, não para moldar os resultados tal como o artesão molda em seu ofício, mas sim para cultivar um crescimento fornecendo o ambiente apropriado, da maneira como o jardineiro o faz para suas plantas. (Hayek, 1978, p. 34)

Se como artesão ou jardineiro, as respostas variam, diante do mesmo objeto e dos problemas postos, no interior dos limites estabelecidos pela missão de administrar as relações sociais de produção capitalistas, garantindo as condições de sua perseverança. Como variantes do neoliberalismo, diferenciam-se em razão da demarcação da linha do método de administração política, envolvendo uma postura geral da propositura, não implicando divergências quanto às finalidades.

Mas a efetivação dessas variantes do neoliberalismo teve um processo historicamente desigual. A questão de saber as razões pelas quais inicialmente o keynesianismo obteve, numa quadra histórica específica, uma maior difusão entre economistas e outros agentes econômicos e políticos do que os austríacos é matéria de pesquisa à parte. Não parece ser desprezível, no entanto, o fato de encontramos em Keynes uma espécie de síntese de respostas relativamente acumuladas a partir das experiências e propensões pré-keynesianas, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos (Blaug, 1991), mas também na Alemanha desde o século XIX e na Rússia revolucionária. Por outro lado, a ideia segundo a qual o keynesianismo teria sido uma “teoria do compromisso”, favorecendo o movimento popular em um contexto de um capitalismo menos “chocante” (Duménil & Lévy, 2004, p. 198), pode levar à perda do ponto essencial e, em certa medida, pagar tributo à nostalgia.

Mais bem colocada a questão, tratou-se de uma forma de consciência cuja gênese se ligou a uma posição muito claramente classista (Mészáros, 2002) e a um contexto de grandes perturbações em plano internacional. Sua finalidade imanente, na qualidade de método proposto de administração política do capital, sustentou que o modo capitalista de produção, como forma superior e última do desenvolvimento histórico, poderia ser administrado eternamente especialmente a partir da demanda agregada, desde que fosse ponderado entre a ortodoxia liberal e o caminho revolucionário. Essa forma de consciência encontrou não apenas território fértil diante de uma tendência geral da época dados o contexto de crise e a posterior necessidade de reconstrução do pós-guerra, mas também grupos sociais que tomaram, naquelas condições, o keynesianismo para manipular mecanismos e causalidades da espiral econômica, remediando o conflito social decorrente. Não apenas correspondeu a certos interesses sociais em conflito diante das ameaças identificadas da via revolucionária, como também preparou o terreno para a adoção de medidas administrativas diante dos problemas econômicos postos. Converteu-se em ideologia apenas na medida de seus efeitos na vida econômica da sociedade por meio de um modo de administração política mais ou menos internacionalizado num período dado. Mas não sem controvérsia.

A jardinagem artesanal: neoliberalismo como combinação dos métodos de administração política

Em meados da década de 1960, ficou já anunciada uma desaceleração econômica (Dobb, 1977) e, por decorrência, tornou-se evidenciada a data de validade das medidas keynesianas. Ou, pelo menos, era isso que passou a ser amplamente alardeado pelas tendências, digamos, adversárias. Uma das principais, certamente, encontrava expressão em Hayek e seus consortes em um crescendo de atuação desde a fundação da *Mont Pelerin Society* (Mirowski & Plehwe, 2009) em 10 de abril de 1947. Entre os seus membros, encontravam-se, além de outros, von Mises, Aron, Popper, Polanyi e o então jovem Milton Friedman. É interessante notar, entretanto, que Friedman, ao considerar as dificuldades da abordagem keynesiana na predição do curso de curto prazo da economia, sugeriu, já no final da década de 1960, que “foi essa experiência que me levou a dizer a um repórter da Time Magazine que ‘em um sentido, todos nós somos keynesianos agora; em outro, ninguém mais é keynesiano’. Todos utilizamos a linguagem keynesiana e seu

aparato; nenhum de nós aceita mais as iniciais conclusões keynesianas” (Friedman, 1968a, p. 15).

Certamente, isso forneceu espaço para a controvérsia de saber se Friedman era ou não um keynesiano. Garrison (1992) sublinhou que poderia ser assim considerado na medida que o autor estadunidense e sua contraparte britânica abordavam a macroeconomia em termos de administração da demanda agregada, mas que, contrariamente, divergiam em termos de teoria macroeconômica e a respeito do modo de atuação estatal sobre a vida econômica. Um aspecto pelo menos central da propositura de administração política de Friedman encontramos em 1968:

Minha própria prescrição ainda é que a autoridade monetária faça todo o possível para evitar tais oscilações, adotando publicamente a política de alcançar uma taxa de crescimento constante em um total monetário especificado. (...). Ao estabelecer um rumo estável e mantê-lo, a autoridade monetária poderia dar uma importante contribuição para a promoção da estabilidade econômica. Ao fazer desse curso um crescimento constante, mas moderado, na quantidade de dinheiro, daria uma grande contribuição para evitar a inflação ou a deflação dos preços. Outras forças ainda afetariam a economia, exigiriam mudanças e ajustes e perturbariam o mesmo teor de nossos caminhos. Mas o crescimento monetário estável proporcionaria um clima monetário favorável à operação efetiva daquelas forças básicas de empreendimento, engenhosidade, invenção, trabalho duro e moderação que são as verdadeiras fontes do crescimento econômico. (Friedman, 1968b, p. 16-17)

Seja como for, a relação de igualdade e diferença entre Keynes e Friedman é sugestiva demais para não ser levada em conta como evidência de uma linha tendencial de amalgamento entre os métodos relativamente disponíveis. Quer dizer, Friedman seria expressão de certa conjunção dos métodos, ainda que entre Keynes, Hayek e ele próprio houvesse diferenças marcantes. Mesmo porque, é com Friedman que uma política monetarista ganhou, de fato, cadência e penetração. Como vimos, Hayek era demasiadamente cético para alimentar com convicção a caixa de ferramentas do artesão. Nesse caso, Friedman se assemelhou menos a um jardineiro.

Os anos de 1970 marcaram não apenas uma desaceleração, mas verdadeiramente uma crise econômica desencadeando profundas consequências no interior das quais muitos autores veem a economia atualmente mergulhada (Roberts, 2016). Em 1974 e 1976, Hayek e Friedman foram laureados com o prêmio Nobel, respectivamente. O peso que isso teve é matéria de discussão (Offer & Söderberg, 2016), mas sem dúvidas não foi desimportante. Aumentava, naquele período, o criticismo para com as medidas de enfrentamento do processo estagflacionário, algo novo até então.

Duas das principais economias daqueles anos de transição entre as décadas de 1970 e 1980 apresentavam direções políticas notoriamente favoráveis às posições de Hayek e Friedman. Tanto Margaret Thatcher, na Inglaterra, quanto Ronald Reagan, nos Estados Unidos, possuíam relações diretas e amistosas com tais ideólogos. A documentação a esse respeito é farta e revela ser algo mais do que afinidades gerais, envolvendo apreciação e estudos propriamente ditos, além de exaltação da orientação ideológica extraída de tais investidas (Wapshott, 2011, Burgin, 2012). Thatcher chegou a confessar a Hayek, em 1979, sentir-se orgulhosa por ter aprendido tanto com o mestre nos anos pregressos e por estar na mesma trincheira de batalha ao assumir a posição de liderança em seu país (Wapshott, 2011, capítulo 16). Reagan revelou, por seu turno, ter tido contato com “as visões econômicas de von Mises e Hayek... e Bastiat” (Evans &

Novak, 1981, p. 229). A presença de Friedman tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos não é algo de menor importância, como também está documentado (Wapshott, 2011, Burgin, 2012).

Mas assim como não é preciso ler um autor para ser influenciado por suas ideias – uma vez que elas estejam circulando e influenciando certo contexto, como sugeriu Lukács (2020) –, lê-lo também não torna a prática efetivada em identidade pura e simplesmente com certas ideias. Por isso a práxis é o critério cabível. Assim, da mesma maneira que Friedman pode ser considerado certo amálgama dos métodos de administração política do capital, as experiências fáticas revelaram que a pureza das medidas não era uma opção factível. Reagan, por exemplo, combinou medidas tais como diminuição dos impostos das classes mais altas, desregulamentações e diminuição de programas sociais, de um lado, com altos gastos militares e crescimento extraordinário do déficit público, de outro. Alguns autores viram nisso, e não sem razão, um tipo de “keynesianismo militar” (Brenner, 2006) que promoveu um modo de estímulo à demanda agregada ainda que contrariamente à afetação dos discursos da cúpula política e de seus ideólogos de primeira hora (Friedman entre eles). Mesmo Thatcher, que supostamente teria ido mais longe na direção dos conselhos da escola austríaca, não obteve correspondente aprovação por parte de Hayek. Em tom de desapontamento, o exigente professor Hayek teria dito, em 1985, que “não é verdade, obviamente, que eu aconselhe a Senhora Thatcher” (citado em Wapshott, 2011, p. 288). Na avaliação geral da condução da administração política de Thatcher e Reagan, Hayek teria considerado, em 1989, que foram “tão razoáveis quanto poderíamos esperar naquele tempo. Eles são modestos em suas ambições” (citado em Wapshott, 2011, p. 288).

Não parece sem propósito considerar que esses últimos comentários, diga-se, pouco entusiasmados, reflitam a administração política do capital levada adiante naqueles anos de 1980. Talvez os métodos efetivados fossem pouco austríacos; ou muito keynesianos, segundo o ângulo exigente de Hayek. Talvez fossem, na verdade, a combinação dos métodos, cuja oposição não é tão severa exatamente na mesma medida em que autorizaram tal combinação sobretudo em termos práticos: um caso de opostos combinados, cuja combinação revela baixa autenticidade da oposição, uma unidade das diferenças sobre um denominador de identidade muito mais forte. Como Friedman (1970) refletiu a respeito da teoria quantitativa da moeda, o monetarismo “beneficiou-se muito do trabalho de Keynes” (p. 1). Hayek (1992), ao que parece, concordou com essa avaliação ao pronunciar que o “monetarismo de Milton e o keynesianismo têm mais em comum um com o outro do que eu com ambos” (s/p).

Em termos práticos, de fato, não parece ser diferente para aqueles anos e para os anos subsequentes. A título de hipótese a ser considerada em estudos dedicados, é possível sugerir que a administração política do capital levada adiante nas principais economias envolveu, e envolve, uma relação de proporções variadas entre monetarismo e políticas keynesianas e uma dada medida de tais métodos gerais (Quanto de moeda? Quanto de investimento? Quais velocidades?, etc.), ambas as razões à luz das circunstâncias e dos imperativos da acumulação.

O que tornou essa forma de consciência em ideologia? Foi a crise dos anos de 1970 a acionadora de uma variante do neoliberalismo que, no entanto, já acomodava elementos do método da variante neoliberal keynesiana. As respostas fáticas às circunstâncias da crise daquela década encontraram certo respaldo geral posterior nas tendências austríacas-monetaristas e de modo não tão aderente às afetações discursivas de seus ideólogos mais exigentes. O exemplo da liberalização dos capitais monetários é um exemplo sugestivo. Como resposta à queda da taxa de lucro dos setores produtivos naquele período, a liberalização financeira globalmente articulada possibilitou extração

de ganhos especulativos e continuidade da distribuição de dividendos sem afetar drasticamente o autofinanciamento produtivo com capital próprio (Guedes & Paço Cunha, 2021), ainda que ao custo futuro de bolhas especulativas e endividamento das empresas (Brenner, 2006). Isso não foi produto mecânico do plano das ideias “neoliberais” em circulação. Mas não é possível sonegar o recurso posterior que os agentes principais de uma administração política buscaram ativamente nos ideólogos então disponíveis. Trata-se de uma articulação de grupos que tomaram tais ideias e as fizeram funcionar como ideologia, afetando a vida econômica de muitas maneiras, mas não necessariamente como espelho ou com os resultados integralmente pretendidos.

Curiosamente, Friedman tinha certa clareza disso. Ao comentar, no prefácio de 1982, sobre as motivações para escrever *Capitalism and freedom*, de 1962, registrou que a função pretendida era “manter as opções em aberto até que as circunstâncias tornassem a mudança necessária”. Explicou que:

Há uma enorme inércia – uma tirania do status quo – em arranjos privados e especialmente governamentais. Somente uma crise real ou percebida produz uma mudança real. Quando essa crise ocorre, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão por aí. Essa, acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. (Friedman, 1962/2002, p. xiii-xiv)

Talvez haja um excesso na passagem, no grau de dependência atribuído. Mas não é incorreto reconhecer que tais ideias, ao desaguiarem no cotidiano, ajudam a preparar o terreno para certas modalidades de administração do capital. Dada uma articulação contingente de grupos humanos interessados, aquele pensamento econômico circulante, por si mesmo manipulativo e vulgar, pôde ser vertido em ideologia materializada num modo de administração política, dirimindo conflitos, dando respostas aos problemas colocados ainda que de maneira irresolutiva.

Tais conflitos e contradições que se desdobram no palco da acumulação modelam ao cabo uma administração política do capital. Diante do fracasso corrente das ideologias revolucionárias, prevalece uma razão de administração política do capital que não pode alcançar a essência dos problemas identificados. Os próprios modos de administração política efetivados funcionam como esforço direcionador daqueles conflitos, como veículo prático de efetividade variada. Sua função principal está não em transformar as relações sociais de produção para além de sua forma histórica capitalista, mas de determinar a combinação de métodos e medidas adequadas para garantir as condições de continuidade daquelas relações à luz os parâmetros do capital que, no entanto, não é, como Hayek intuía, algo que se submeta integralmente às conjecturas e volições. As alternativas, portanto, seguem abertas no campo de possibilidades.

Mas quem arriscaria dizer que essa ideologia não segue, no momento, eficaz em convencer amplas camadas sociais de que o capital pode ser eternamente administrado, que os problemas identificados decorrem tão somente de métodos falhos de administração? E quem poderia datar a validade histórica dessa eficácia, da manipuladora vulgaridade?

Referências

Blaug, M. (1991). Second Thoughts on the Keynesian Revolution. *History of Political Economy*, 23(2), 171–192. <https://doi.org/10.1215/00182702-23-2-171>

- Brenner, R. (2006). *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. Verso.
- Burgin, A. (2012). *The great persuasion: reinventing free markets since the depression*. Harvard University Press.
- Dobb, M. (1932). *An introduction to economics*. The Camelot Press.
- Dobb, M. (1977). *A evolução do capitalismo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Duménil, G. & Lévy, D. (2004). *Capital resurgent*. Harvard University Press.
- Ebenstein, A. (2001). *Friedrich Hayek: a biography*. Palgrave.
- Engels, F. (2015). *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Boitempo.
- Evans, R., & Novak, R. (1981). *The Reagan revolution*. Elsevier-Dutton Publishing.
- Feld, L. P., & Nientiedt, D. (2022). *Hayekian economic policy* (Issue 22/01). Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, Institut für Allgemeine Wirtschaftsforschung, Abteilung für Wirtschaftspolitik und Ordnungsökonomik. <http://hdl.handle.net/10419/250381>
- Friedman, M. (1968a). *Dollars and deficits: living with America's economic problems*. Prentice-Hall.
- Friedman, M. (1968b). The Role of Monetary Policy. *The American Economic Review*, 58(1), 1–17. <http://www.jstor.org/stable/1831652>
- Friedman, M. (1970). The Counter-Revolution in Monetary Theory, 1970, Collected Works of Milton Friedman Project records, Hoover Institution Library & Archives, <https://miltonfriedman.hoover.org/objects/56983/the-counterrevolution-in-monetary-theory>
- Friedman, M. (2002). *Capitalism and freedom: Fortieth Anniversary Edition*. The University Chicago Press.
- Garrison, R. W. (1992). Is Milton Friedman a Keynesian? In M. Skousen (Ed.), *Dissent on Keynes: a critical appraisal of Keynesian economics*. Praeger Publishers.
- Guedes, L. T., & Paço Cunha, E. (2021). Financiamento do capital fixo (1970-2012): dissolvendo o paradoxo aparente entre financeirização e autofinanciamento em contexto de queda da taxa de lucro. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 8, n. 1, p. 16-54. <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/394>
- Hayek, F. A. (1941/2007a). *The pure theory of capital. The collected works of F. A. Hayek* (Vol. XII). The University Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1944/2007b). *The road to serfdom. Text and documents: the definitive edition*. The University Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1978). *New studies in philosophy, politics, economics, and the history of ideas*. Routledge & Kegan Paul.
- Hayek, F. A. (1979). *Unemployment and monetary policy: government as generator of the "business cycle."* Cato Institut.
- Hayek, F. A. (1982). A Nobel winner assesses Reagan. *Businesspeople*. New York Times. [nytimes.com/1982/12/01/business/business-people-a-nobel-winner-assesses-reagan.html](https://www.nytimes.com/1982/12/01/business/business-people-a-nobel-winner-assesses-reagan.html)
- Hayek, F. A. (1992). The Road from Serfdom: An Interview with F.A. Hayek. <https://reason.com/1992/07/01/the-road-from-serfdom-2/>
- Hayek, F. A. (1931/2008). *Prices and production and other works*. Ludwig von Mises Institute.
- Justen, A., & Gurgel, C. (2021). Neoliberalismo, queda da taxa de lucro e política pública do trabalho no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(85).

- Kates, S. (2008). A Letter from Keynes to Harlan McCracken dated 31st August 1933: Why the Standard Story on the Origins of the General Theory Needs to be Rewritten. *History of Economics Review*, 47(1), 39–53. <https://doi.org/10.1080/18386318.2008.11682119>
- Keynes, J. M. (1925/2013b). Am I a liberal? In *Essays in persuasion. The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. IX. Cambridge University Press.
- Keynes, J. M. (1926/2013a). The end of laissez-faire. In *Essays in persuasion. The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. IX. Cambridge University Press.
- Keynes, J. M. (1936/2013c). The general theory of employment, interest and money In *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. VII. Cambridge University Press.
- Keynes, J. M. (1944/2013d). Letter to F. A. Hayek, 28 June 1944 In *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. XXVII. Cambridge University Press.
- Kliman, A. (2011). *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Pluto Press.
- Leite, Cristiane K. da S, Andrade, D. P, & Fonseca, Francisco. C. P. da. (2021). Políticas públicas, neoliberalismo e democracia: agendas para a gestão pública. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(85). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n85.84410>
- Lukács, G. (1979). *Existencialismo ou marxismo*. Editora Ciencias Humanas.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social* (Vol. 2). Boitempo.
- Lukács, G. (2016). Marx e o problema da decadência ideológica. In *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Boitempo.
- Lukács, G. (2020). *A destruição da razão*. Instituto Lukács.
- Mannheim, K. (1929/1950). *Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. Editora Globo PP - Rio de Janeiro.
- Mannheim, K. (1935/1960). *Man and society in an age of reconstruction*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Marx, K. (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. Abril Cultural.
- Marx, K. (1980). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. (Vol. III). Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1985). *Miséria da filosofia*. Global.
- Marx, K. (2005). Introdução. In *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O capital* (Vol. 1). Boitempo.
- Marx, K. Glosas críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In: *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Mirowski, P., & Plehwe, D. (Eds.). (2009). *The road from MONT Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Harvard University Press.
- Offer, A., & Söderberg, G. (2016). *The Nobel factor: the prize in economics, social democracy, and the market turn*. Princeton University Press.
- Paço Cunha, E. (2021). Capacidades estatais para administração política: proposta analítica fundamentada na ontologia materialista. *XLV Encontro Da ANPAD - EnANPAD*.
- Panitch, L. & Gindin, S. (2013). *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. Verso.
- Reinhoudt, J., & Audier, S. (2018). *The Walter Lippmann Colloquium*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65885-8>

Ribeiro, M. M., Santos, R. S., & Ribeiro, E. M. (2021). Administração Política do Capitalismo Contemporâneo: Desafios para o Enfrentamento das Crises Sociais e Econômicas Provocadas pela Pandemia da Covid-19. *Gestão & Planejamento-G&P*, 22(1).

Ribeiro, M. M., Santos, R. S., & SILVA, G. A. B. (2020). Administração política: uma análise alternativa para as relações sociais de produção. *Revista Fatec de Tecnologia e Ciências*, 5(1).

Roberts, M. *The long depression*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

Wapshott, N. (2011). *Keynes Hayek: the clash that defined modern economics*. W. W. Norton.

Caldwell, B. (2004). *Hayek's challenge: an intellectual biography of F. A. Hayek*. The University of Chicago Press.